



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

REQUERIMENTO N.º 5, DE 2025

(Do Sr. Túlio Gadêlha , Sr. Bohn Gass e Sen. Eliziane Gama)

Requer a realização de audiência pública para debater a política climática sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal, e do art. 29 e seguintes da Resolução 1, de 2006-CN, a realização de **audiência pública no âmbito da Comissão Mista de Orçamento (CMO)** para debater a política climática sob a perspectiva orçamentária do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026, com foco na integração das metas climáticas à política fiscal nacional.

Diante do tema, indico para esta audiência pública, os seguintes convidados:

- 1 Rita de Cássia– Consultoria Legislativa de Orçamento no Senado Federal;
- 2 Orlando de Sá Cavalcante Neto- Consultoria Legislativa de Orçamento no Senado Federal;
- 3 Representante do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 4 Representante do Observatório do Clima.
- 5 Representante da Agência Nacional de Águas
- 6 Representante da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil– Sedec do Ministério da Integração Nacional
- 7 Representante da Frente Parlamentar em Defesa das Bacias Hidrográficas Brasileiras;
- 8 Representante da Frente Parlamentar Ambientalista do Congresso Nacional.

JUSTIFICAÇÃO

Diante da emergência climática global, com foco nos compromissos assumidos pelo Brasil como país anfitrião da COP30, é inadiável garantir que o orçamento público reflita a ambição necessária para enfrentar os impactos crescentes da crise do clima. Enchentes, secas, deslizamentos e ondas de calor têm causado perdas humanas, sociais e econômicas irreparáveis, com efeitos desproporcionais sobre as populações negras, indígenas, ribeirinhas e periféricas.

A LDO é peça-chave para alinhar a ação fiscal à mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Apesar dos avanços no novo PPA, é fundamental que o debate sobre a LDO 2026 também seja aprofundado.

O Parlamento tem papel decisivo na resposta à emergência climática. Ao realizar esta audiência, a Comissão Mista de Orçamento cumpre seu dever constitucional de zelar pela aplicação eficiente e socialmente justa dos recursos públicos (art. 166 da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Constituição), posicionando o Congresso Nacional como protagonista na construção de um orçamento compatível com a realidade da crise ambiental.

Trata-se de uma medida urgente, estratégica e inadiável para garantir justiça climática, segurança à população e coerência entre o discurso internacional e a prática fiscal do país.

Diante do exposto, solicito a aprovação deste requerimento e a realização da audiência pública, com brevidade.

Sala das Comissões, em de de 2025.

Túlio Gadêlha

Deputado Federal – REDE/PE

Bohn Gass

Deputado Federal – PT/RS

Eliziane Gama

Senadora Feral – PSD/MA





Requerimento do Congresso Nacional

Deputado(s)

- 1 Dep. Túlio Gadêlha (REDE/PE) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Bohn Gass (PT/RS)
- 3 Dep. Duda Ramos (MDB/RR)

Senador(es)

- 1 Sen. Eliziane Gama (PSD/MA)

